

Eucaristia, Igreja e Missão: ação da Igreja a luz da *Evangelii Gaudium*

José Aguiar Nobre*
Sergio Esteban González Martínez**

Resumo

A dimensão social do Evangelho e as suas implicações com os pobres, excluídos e frágeis será sempre uma questão a ser assimilada e discutida para a sua efetivação no mundo. Ressaltar esta questão à luz da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, é a proposta deste artigo. Quando alimentados pela Eucaristia, sabemos que a missão da Igreja que, como mãe, acolhe a todos os seus filhos e filhas, circunscreve à mesma missão de Jesus Cristo. Em face disso, indaga-se: como a Eucaristia, a Igreja e a Missão podem responder aos desafios da ação evangelizadora no presente? Assim, como o pai de família que sai por várias vezes a buscar trabalhadores para a vinha (Mt 20,3), a Igreja está desafiada a sair para dialogar com o Estado, com a sociedade – com a cultura, com a ciência, e com os crentes não católicos, a fim de, construir uma sociedade cada vez mais pacífica, alimentada e fraterna. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em cujos resultados esperados, circunscrevem-se à compreensão de que a ação da Igreja se efetiva genuinamente aonde todos os seres humanos, indistintamente criados à imagem e semelhança de Deus, possam desenvolver-se com dignidade.

Palavras-chave: Igreja; Missão; Eucaristia; Pobres; Paz.

Eucharist, Church and Mission: Church action in the light of *Evangelii Gaudium*

Abstract

The social dimension of the Gospel and its implications for the poor, excluded and fragile will always be an issue to be assimilated and discussed for its effectiveness in the world. To emphasize this issue in the light of the Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium*, is the proposal of this article. When fed by the Eucharist, we know that the mission of the Church, which, as a mother welcomes all her sons and daughters, circumscribes the same mission as Jesus Christ. In view of this, we ask: how can the Eucharist, the Church and the Mission respond to the challenges of evangelizing action in the present? Thus, like the father of a family who goes out several times to seek

* Pós-doutorado em Filosofia (UFPR); Pós-doutorado em Educação (PUC-Campinas). Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral, pela PUC RJ. Doutorando em Filosofia (UFPR). E-mail: nobre,jose@gmail.com.

** Bacharel em Filosofia, Bacharel em Teologia (PUC-SP). Religioso Estigmatino. Assessor Pastoral na Arquidiocese de Salvador/BA. E-mail: sergioestebangonza@gmail.com

workers for the vineyard (Mt 20.3), the Church is challenged to go out to dialogue with the State, with society - with culture, with science, and with non-catholic believers in order to build an increasingly peaceful, nurtured and fraternal society. This is a bibliographic search, in which the expected results are limited to the understanding that the Church's action is genuinely effective where all human beings, indistinctly created the image and likeness of God, can develop with dignity.

Keywords: Church; Mission; Kingdom of God; Poor; Peace.

Eucaristía, Iglesia y Misión: la acción de la Iglesia a la luz de la *Evangelii Gaudium*

Resumen

La dimensión social del Evangelio y sus implicaciones para los pobres, excluidos y frágiles será siempre un tema a asimilar y discutir para su eficacia en el mundo. Enfatizar este tema a la luz de la Exhortación Apostólica *Evangelii Gaudium* es el propósito de este artículo. Cuando nos alimentamos de la Eucaristía, sabemos que la misión de la Iglesia, que como madre acoge a todos sus hijos e hijas, se limita a la misma misión de Jesucristo. Ante esto, la pregunta es: ¿cómo la Eucaristía, la Iglesia y la Misión pueden responder a los desafíos de la acción evangelizadora en el presente? Así, como el padre de familia que sale varias veces a buscar obreros para la viña (Mt 20,3), la Iglesia está interpelada a salir al diálogo con el Estado, con la sociedad -con la cultura, con la ciencia, y con los creyentes no católicos, para construir una sociedad cada vez más pacífica, nutrida y fraterna. Se trata de una investigación bibliográfica, en la que los resultados esperados se circunscriben a la comprensión de que la acción de la Iglesia es genuinamente eficaz donde todos los seres humanos, indistintamente creados a imagen y semejanza de Dios, pueden desenvolverse con dignidad.

Palabras clave: Iglesia; Misión; Eucaristía; pobre; Paz.

1. Introdução

Inspirados nos versículos do Salmo “Vede: como é bom, como é agradável habitar todos juntos, como irmãos. É como óleo fino sobre a cabeça, descendo pela barba, a barba de Aarão, descendo sobre a gola de suas vestes” (Sl 133,1-2), é que o presente texto foi escrito a fim de refletir sobre a Eucaristia: mesa e memorial, à luz da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Como sabemos, a missão da Igreja se efetiva dentro do mundo, alimentada pela força misteriosa da Eucaristia. Missão nutrida pelo banquete eucarístico, figura de um momento de comensalidade em que o salmo supracitado nos faz lembrar.

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, do Sumo Pontífice – o Papa Francisco –, manifesta nova esperança e um jeito alegre para toda a Igreja. Ela traz novo ânimo na relação Igreja-sociedade convidando todos a repensarem a maneira de anunciar Jesus Cristo no contexto atual. Dentro da dinâmica da Teologia

prática, o Documento motiva e exorta a todo episcopado, clero, consagrados e fiéis leigos a serem luz do mundo e sal da terra. Desse modo, olhando a realidade ao nosso entorno, recorda que, a exemplo do Filho enviado pelo Pai, possamos ser instrumentos de amor e paz hoje.

Com a finalidade de retomar a importância do caráter social da evangelização, alimentada pela Eucaristia, a presente investigação, realizar-se-á obedecendo ao seguinte itinerário: (I) a centralidade do anúncio: o Reino de Deus e o seu ponto culminante na Eucaristia a) algumas indicativas sobre o Reino; b) os preferidos do Reino de Deus; (II) o cuidado com os mais frágeis: a) novas formas de pobreza; b) os migrantes; c) o tráfico de pessoas; d) as mulheres; e) os nascituros; f) a Criação; (III) Caminhos para a paz: a) algumas questões sobre paz; b) a construção da paz; c) o diálogo e sua influência para a paz; Considerações finais.

2. A centralidade do anúncio: o Reino de Deus e o seu ponto culminante na Eucaristia

O anúncio do Evangelho é uma palavra-chave para a compreensão da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. A sua importância é grande para a Igreja, visto que, toda atividade: missão, evangelização, ação social, parte do anúncio da Boa Nova. Nada teria sentido na vida cristã, por mais belas que sejam as obras, sem a manifestação alegre do anúncio do Evangelho. O Papa São Paulo VI, reconhecendo o valor do anúncio no papel da evangelização pondera que, “[...] pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos” (EN, 17). Compreendemos que o anúncio possibilita uma boa evangelização e, simultaneamente, “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG,176).

Anunciar o Reino de Deus tem implicância direta com a dimensão social desse Reino. “Jesus percorria toda a Galileia, ensinando em suas sinagogas, pregando o Evangelho do Reino” (Mt 4, 23). A mensagem de Jesus era destinada a toda pessoa e, ao mesmo tempo, era realizada por um grupo de seguidores chamados discípulos, “depois subiu à montanha, e chamou a si os que ele queria, e eles foram até ele. E constituiu doze, para que ficassem com ele, para enviá-los a pregar” (Mc 3, 13-15).

Ao lermos as Escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste só em uma relação pessoal com Deus [...]. A proposta é o Reino de

Deus [...]; trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. À medida que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais. Procuremos o seu Reino [...]. O projeto de Jesus é instaurar o Reino do seu Pai (EG,180).

Conforme o ensinamento evangélico, o Reino de Deus deverá ser procurado pelos cristãos, de forma prioritária: “buscai, em primeiro lugar, seu Reino e sua justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas” (Mt 6,33). Todo discípulo missionário anunciador da Palavra sabe da importância do reinado do Senhor, visto que, a justiça social depende da proposta do Reino. Não se pode cair no erro de tentar reduzir o Reino em mero relacionamento pessoal, dado que, também possui uma dimensão comunitária e de redenção integral da pessoa. “Deus, em Cristo, redime não somente a pessoa individual, mas também as relações sociais entre os homens. Como ensina o apóstolo Paulo, a vida em Cristo faz vir à tona de modo pleno e novo a identidade e a sociabilidade da pessoa humana” (CDSI, 52).

A Igreja põe-se concretamente ao serviço do Reino de Deus, antes de mais nada anunciando e comunicando o Evangelho da salvação e constituindo novas comunidades cristãs. Ela, ademais, ‘serve ao Reino, difundindo pelo mundo os ‘valores evangélicos’, que são expressão do Reino, e ajudam os homens a acolher o desígnio de Deus (CDSI, 50).

A dimensão social do Reino implica a transmissão dos mandatos, valores e ensinamentos recebidos para a formação de novas comunidades de discípulos missionários a serviço do anúncio do Reino. Todas as verdades reveladas por Jesus Cristo, não devem ser guardadas, senão, comunicadas, “toda Escritura é inspirada por Deus e é útil para instruir, para refutar, para corrigir, para educar na justiça” (2Tm 3,16). Assim, os seguidores de Jesus consideram a comunidade como lugar essencial para a vivência e difusão dos valores do Evangelho, “tecendo múltiplas relações de amor, de justiça e de solidariedade com as outras pessoas” (CDSI,35) e que culminam na Eucaristia. Vale recordar que:

A primeira concepção teológica da Eucaristia, nos documentos conciliares, é aquela própria da sua etimologia: a ação de graças, o louvor, a glorificação, o agradecimento ao Pai pelas maravilhas realizadas do Filho e pela ação do Espírito Santo. Os documentos conciliares também recuperam a concepção

bíblica da Eucaristia como memorial do Mistério Pascal na sua totalidade ou também chamado Mistério de Cristo. Os termos ‘memorial’ e ‘pascal’ remetem à experiência exodal e a utilizam como chave hermenêutica para compreender o mistério da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Neste contexto ressalta a importância de fazer memória da Ceia Pascal, de expressar a fé em Cristo como nossa Páscoa, acreditar na libertação por meio da sua morte, reforçando a dimensão salvífica da Eucaristia e, sobretudo, em celebrar a Nova Aliança estabelecida entre Deus e as pessoas (SILVANO, 2015, p. 375).

A dimensão de ação de graça celebrada na Eucaristia, mediante a qual, a comunidade reunida em torno do Mistério Eucarístico, se ver nutrida para o exercício da sua missão e vocação. A força da Eucaristia na vida da Igreja possibilita ao crente renovar sempre o compromisso com a Pessoa de Jesus Cristo e, conseqüentemente, dará continuidade ao projeto de instauração do Reino inaugurado pelo Senhor da Messe. Para essa continuidade, a exemplo de Cristo, que fez a doação plena de Si mesmo para a nossa salvação, a Eucaristia nos ensina a importância da doação dos fiéis para que, mediante o seu serviço, também possamos ser ‘parábolas vivas do Evangelho’. Farão isso, no sacrifício eclesial da realidade hodierna. Assim será compreendido que, “o sacrifício eucarístico tem ainda uma dimensão eclesiológica e espiritual, (...). Deste modo, entende-se por sacrifício eclesial a participação de toda assembleia reunida no Mistério de Cristo. Ao estar incorporada em Cristo pela ação do Espírito Santo, a comunidade se oferece num sacrifício espiritual, expresso na sua missão, na sua entrega na prática da caridade, estando totalmente a serviço dos irmãos e irmãs” (SILVANO, 2015, p. 376). A força da Eucaristia é que nutre, assim, a missão da Igreja e dar-lhe alegria, criatividade e impulso.

A partir deste ponto de vista, podemos dizer que, anunciar o Reino de Deus, nutridos pela força deste alimento, daremos continuidade à proposta do Evangelho de Jesus Cristo, que comunica o desígnio de Deus (LG,2). A evangelização quando alimentada pela Eucaristia possibilita ao crente saber que o verdadeiro sentido do projeto do Evangelho não se reduz a um mero relacionamento pessoal, mas vive e se materializa também no seu caráter social. Para evitar erros no anúncio da Palavra é, pois, fundamental perguntarmo-nos: como estamos anunciando o Evangelho? Compreendemos verdadeiramente que seguir Jesus se converte em gestos de caridade? Damos visibilidade à importância da relação social do anúncio? Não cabe, aqui, traçar respostas para todos estes questionamentos, pois foge ao escopo da pesquisa.

Elas servem para apontar caminhos de maturidade no anúncio e na práxis que brota da experiência eucarística. Deste modo, resta destacar que a Eucaristia se tornaria vazia e “a evangelização não seria completa, se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens” (EN, 29).

a) Algumas indicativas sobre o Reino

Antes de falar sobre o Reino e sua finalidade, torna-se propício ressaltar a sua dupla dimensão. A primeira, vincula-se com o tempo presente pelo agir de Jesus, “o início e o desenvolvimento do reino acontecem juntamente com a palavra e o gesto de Jesus, capaz de fazer com que o homem com boas disposições entre no senhorio do Pai” (MARCONCINI, 2012, p. 191). Este modo de agir de Jesus não só se limita à manifestação do Reino, senão também, convida às pessoas a fazerem experiência com Ele já no presente (MARCONCINI, 2012, p.194), “em todos os lugares onde entrava, nos povoados, nas cidades ou nos campos, colocavam os doentes nas praças, rogando que lhes permitisse ao menos tocar na orla de seu manto. E todos os que o tocavam eram salvos” (Mc 6, 56). A segunda dimensão, relaciona-se com a escatologia que se estende desde o presente até a consumação dos tempos, “quando tudo for entregue ao Pai e a história humana se consumir com o juízo final” (CDSI, 383). A compreensão do Reino está implícita na pessoa de Jesus, posto que, Ele a revela com o seu modo de falar e agir e a transmite convidando-nos à vivência genuína da fraternidade (MARCONCINI, 2012, p.196-197). Falar sobre o Reino é, pois, proclamar que ele “está próximo ou que chegou” (MACKENZIE, 1983, p. 787). Se torna palpável através de sinais como: “da abolição da escravidão, da subserviência da mulher, a superação da discriminação racial” (MARCONCINI, 2012, p. 199), a fim de que seja possível a construção de um mundo melhor.

Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocuparem-se com a construção de um mundo melhor. É disto mesmo que se trata, pois o pensamento social da Igreja é primeiramente positivo e construtivo, orienta uma ação transformadora e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo (EG, 183).

Em vista desta compreensão, é preciso recordar que toda pessoa de fé é chamada a participar e a construir uma sociedade sem opressão, eliminando todo tipo de atitude que possa ferir a dignidade do outro. Lembremo-nos

do Êxodo que manifesta a sensibilidade de Deus ao ver e ouvir o clamor e o sofrimento do seu povo, “Iahweh disse: eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias” (Ex 3, 7). Deus, no seu processo de compaixão chama Moisés para libertar o povo, “vai, pois, e eu te enviarei ao Faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os israelitas” (Ex 3, 10). Assim, “o Reino como obra de Deus não exclui a colaboração humana: é oferta gratuita de salvação que faz o apelo para o homem dar uma resposta positiva, que não se restringe a um mero desejo” (MARCONCINI, 2012, p.200). O projeto de salvação não conhece limite de tempo nem de espaço, visto que ele ressalta a grandeza da obra misericordiosa de Deus na unidade e na universalidade da salvação. Desse modo, vai “abrangendo todos os homens de todos os recantos do universo e de todos os tempos, mantendo a sua unidade. Como povo único, cumpre o desígnio do Deus, que criou uma única natureza humana e decidiu reunir na unidade todos os seus filhos” (LG, 13).

Em outras palavras, podemos dizer que, anunciar o Evangelho do Reino, nutridos pela Eucaristia, implica optar pela expansão do bem e escolher os valores evangélicos. Por isso, vale dizer que “isto implica não só reconhecer e interpretar as moções do espírito bom e do espírito mau, mas também, (...), escolher as do Espírito bom e rejeitar as do espírito mau” (EG, 51), em vista dos preferidos do Reino de Deus, os mais fragilizados.

b) Os preferidos do Reino de Deus

Todos somos convidados a participar do Reino. Mas, para que este convite cumpra o seu caráter universal, deve, necessariamente, obedecer a um critério que não pode ser entendido superficialmente: os chamados são especialmente para estarem a serviço dos preferidos do Reino: os pobres. Entendemos que o projeto do Pai de que todos sejam salvos inicia-se neles, nos privilegiados do Reino, “erguendo então os olhos para os seus discípulos, dizia: ‘Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus. Felizes vós, que agora tendes fome, porque sereis saciados. Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir’” (Lc 6, 20-21).

A opção preferencial pelos pobres tem a sua fundamentação nas palavras e no agir de Jesus. É por este motivo, que toda evangelização se “compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente” (SANTO DOMINGO, 178). Privilegiar os pobres constitui um mandamento divino, “Jesus comunica

a Boa Notícia a todos, porém considera mais próximos aqueles que vivem, de algum modo, na pobreza e na privação” (MARCONCINI, 2012, p.194). Assim, todos os que anunciam o Evangelho devem saber que, “deriva da nossa fé em Cristo, que Se fez pobre e sempre Se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade” (EG, 186).

Pregar o Evangelho de Jesus Cristo significa estar atento e sensível ao clamor dos que sofrem, isto quer dizer, agir a favor deles, por isso, “a Igreja guiada pelo Evangelho da Misericórdia e pelo amor ao homem, escuta o clamor pela justiça e deseja responder com todas as suas forças” (EG, 188) aos apelos do Evangelho. É desta maneira, que se deve anunciar o Reino. São os pobres os primeiros que devem experimentar o cuidado de Deus e a libertação dos males, para viver de maneira mais digna. Com isso queremos dizer que:

Não se fala apenas de garantir a comida ou um decoroso ‘sustento’ para todos, mas ‘prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos’. Isto engloba educação, acesso aos cuidados de saúde e especialmente trabalho, porque, no trabalho livre, criativo, participativo e solidário, o ser humano exprime e engrandece a dignidade da sua vida. O salário justo permite o acesso adequado aos outros bens que estão destinados ao uso comum (EG, 192).

São vários os aspectos que influenciam o comprometimento da Igreja com o cuidado dos frágeis e vulneráveis da sociedade. Pode-se enumerar três níveis na dinâmica missionária, mas antes deve-se lembrar que todo agir da Igreja tem como paradigma Jesus Cristo e é inspirada pela força do Espírito. O primeiro nível, relaciona-se com os atos e gestos imediatos de acompanhamento, assistência e relacionamento com os que sofrem. O segundo, implica o diálogo com as obras educativas para o desenvolvimento integral da pessoa, através do comprometimento, da solidariedade e do trabalho comunitário a fim da participação ativa dos pobres. O terceiro, e o mais complexo, associa-se com a luta contra o sistema que cria e fomenta a pobreza, impedindo a libertação do oprimido (RODRÍGUEZ, 2018, p.22-23).

O nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; aquilo que o Espírito põe em movimento não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma atenção prestada ao outro ‘considerando-o um só consigo mesmo’. Esta atenção amiga é o início de uma verdadeira preocupação pela sua pessoa e, a partir dela, desejo de procurar

efetivamente o seu bem. Isto implica apreciar o pobre (...). O amor autêntico é sempre contemplativo, permitindo-nos servir o outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo (EG, 199).

A Igreja que anuncia o Reino, porta nas suas entranhas a missão de comprometer-se com os pobres promovendo, com caridade, o seu bem. Ela, alimentada pela eucaristia, é chamada a interceder pela necessidade do sofredor porque sabe que responder o clamor de quem geme de dor, é ouvir o próprio Mestre que se faz presença neles, “e ele responderá com estas palavras: ‘Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer’” (Mt 25, 45). Olhar os privilegiados do Reino é reconhecer neles a beleza do amor de Deus; é afirmar sem rodeios que são belos. Na doação de si, os cristãos imitam o Mestre que dá a vida por muitos “no seu sangue derramado, ‘sangue da Nova e eterna Aliança’. Porém, constata-se que a morte e ressurreição de Jesus Cristo são entendidas como o ápice da sua entrega iniciada com a encarnação ao marcada pela obediência e fidelidade à vontade e projeto do Pai e da sua total doação ao serviço dos irmãos e irmãs” (SILVANO, 2015, p. 376).

Como sabemos, são muitos os escritos que a Igreja possui uma predileção pelos pobres e isso está explícito em fontes bíblicas e reflexões teológicas. Sobre isso, não cabe dúvida alguma do lugar preferencial que os pobres ocupam no anúncio do Reino de Deus. Mas, será que realmente se deseja evangelizar os pobres? Entendemos realmente o projeto de Deus para com eles? Imitamos Jesus ouvindo seu clamor? Sentimos no mais íntimo de nosso coração dor pelo seu sofrimento e opressão? A meditação destas palavras torna-se fundamental para analisar o rumo que a Igreja está tomando em relação ao anúncio do Evangelho do Reino no mundo atual em vista de um cuidado com os mais frágeis.

3. O cuidado com os mais frágeis

O cuidado com os mais frágeis constitui uma missão desafiadora na sociedade atual, visto que, o anunciador precisa de abundante ousadia e coragem para enfrentar os obstáculos que o sistema depredador implanta. Mas, “pela a ação do Espírito Santo, o fiel é enxertado em Cristo e capaz de continuar o seu processo de configuração a Cristo” (SILVANO, 2015, p. 375). A centralização no poderio econômico descartando as pessoas pobres e frágeis, que se vê escancaradamente pelas estruturas injustas que vivem

a poder do lucro e ganância deve ser combatida pelos cristãos e pessoas de boa vontade, por meio da solidariedade. Esta, é fundamental para a construção de uma sociedade justa. Não obstante, tem que ser entendida no seu sentido mais amplo, dado que, não significa só pequenos atos casuais de generosidade, senão, “princípio social ordenador das instituições, com base no qual as ‘estruturas de pecado’, que dominam as relações entre as pessoas e os povos, devem ser superadas e transformadas em estruturas de solidariedade” (CDSI, 193).

Para construir esta sociedade baseada na solidariedade, precisaremos identificar: quem são as pessoas mais frágeis da sociedade? Para responder e reconhecê-los realizaremos um itinerário com seis pontos. Primeiro, indicaremos as novas formas de pobreza e nelas mencionaremos: os sem abrigo, os toxicodependentes, os refugiados, os povos indígenas e os idosos. Segundo, destacaremos os migrantes. Terceiro, sublinharemos aqueles que sofrem diferentes formas de tráfico. Quarto, acentuaremos a vulnerabilidade da mulher na sociedade. Quinto, observaremos a fragilidade dos nascituros. E sexto, apontaremos o conjunto da criação.

a) Novas formas de pobreza

Jesus manifesta-se no Evangelho sempre atendo às necessidades dos padecentes. Ele, com o seu modo de proceder realça e coloca no centro a vida humana. Por isso, o ponto de partida do agir da Igreja que anuncia a proposta do Evangelho, consiste em seguir os passos do seu Senhor priorizando a opção pela vida. Mas, para concretizar essa opção, precisa-se olhar e identificar os rostos dos sofridos. O Documento de Aparecida, ao mostrar estes rostos evidencia que, escolher pela vida significa projetar-se obrigatoriamente para as periferias mais profundas da existência humana, isto quer dizer, a vida no seu transcurso todo: desde a concepção até a morte (DAp, 417).

O corpo social atual, com seu sistema de política, vai multiplicando cada vez mais rostos novos de pobreza e fragilidade. Basta percorrer as ruas das cidades para perceber o aumento de pessoas sem moradia, de dependentes químicos, pessoas abandonadas etc. Parece ser que a concepção de que o “ser humano é sempre sagrado e inviolável” (EG, 213), não tem mais valor na atualidade. O Papa Francisco, atento a esta dura realidade, exorta a prestar atenção e cuidado às “novas formas de pobreza e fragilidade, nas quais somos chamados a reconhecer Cristo sofredor: os sem abrigo, os toxicodependentes,

os refugiados, os povos indígenas, os idosos cada vez mais sós e abandonados (EG, 210).

Assim é possível dizer que, a construção de uma sociedade cada vez mais justa dependerá do compromisso do povo cristão e das pessoas de boa vontade. Mas, para isso, é preciso optar pelo valor da vida, agindo com solidariedade com os vulneráveis; rejeitando a cultura da indiferença, visto que, essa cultura destrói e mata. Lembremo-nos da Palavra de Deus à indiferença de Caim, “Iahweh disse a Caim: ‘onde está teu irmão Abel?’ Ele respondeu: ‘Não sei. Acaso sou guarda de meu irmão?’” (Gn 4, 9). Edificar um corpo social baseado na igualdade, na solidariedade e no respeito à dignidade da pessoa, torna-se não mais uma opção, senão, um compromisso social.

b) Os migrantes

Os migrantes representam um desafio especial para o pontificado do Papa Francisco, dado que, tendem a sofrer dupla injustiça. Primeiro, são obrigados a sair da sua terra de origem pelos problemas das estruturas política, social e econômica. Segundo, padecem falta de receptibilidade para onde migram. Esta dificuldade atual se torna preocupante, visto que, cada vez mais está aumentando. “Os migrantes, em sua imensa maioria, não saem do seu país simplesmente porque querem, mas o fazem em geral com a tristeza de se verem obrigados a abandonar suas famílias, procurando fugir da miséria” (RODRÍGUEZ, 2018, p.24).

Em face de realidade tão dolorida, a Igreja é chamada a acolher os migrantes e a ser uma Mãe que, não conhecendo limites de fronteiras, age acompanhando-os por meio de diversos tipos de serviços pastorais (DAp, 412). Além disso, corresponde a ela a tarefa de denunciar profeticamente os atropelos que padecem, como também de ajudar na construção de uma política migratória que faça cumprir e respeitar seus direitos (DAp, 414).

Os migrantes representam um desafio especial para mim, por ser Pastor de uma Igreja sem fronteiras que se sente mãe de todos. Por isso, exorto os países a uma abertura generosa, que, em vez de temer a destruição da identidade local, seja capaz de criar novas sínteses culturais. Como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e integram os que são diferentes, fazendo dessa integração um novo fator de progresso! Como são encantadoras as cidades que (...) estão cheias de espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro! (EG, 210).

Vale recordar que os migrantes, a partir de suas riquezas, podem ajudar a construir e valorizar a identidade local. Eles não representam uma ameaça para a sociedade nem para o governo do lugar, pelo contrário, podem chegar a ser uma fonte de riqueza cultural e bem-estar, uma vez que são portadores de riquezas e sabedorias. As cidades que chegam a compreender isto, podem fomentar com maior facilidade o progresso da sua nação. Mas, para isso, precisam acolher os migrantes. “Enquanto pessoas e ajudados, junto com as suas famílias, a integrar-se na vida social” (CDSI, 298), poderão nos ensinar muitas coisas e evitar tragédias várias.

c) O tráfico de pessoas

Outras pessoas que devem ser olhadas com atenção na sociedade são aquelas que sofrem todo tipo de tráfico. Pois se trata de um crime que deve ser considerado como uma barbárie humana comparada à tragédia escravocrata. O Papa Francisco tem insistido muito no cuidado das vítimas do tráfico, uma vez que, são objetos de diferentes formas de tráfico (EG, 211). Com frequência o tráfico de pessoas está associado a outras formas de tráfico como o de droga e órgãos. Esta situação deve preocupar a todos, porque, “as vítimas do tráfico são frequentemente exploradas e forçadas a se engajar em atividades ilegais, como a prostituição, o tráfico de drogas” (RODRÍGUEZ, 2018, p.199). A esse respeito vale recordar que:

O tráfico de pessoas é uma das formas mais lucrativas do crime organizado. É extremamente requisitado e, enquanto pobreza, isolamento e outras vulnerabilidades persistirem, novas vítimas serão sempre ‘recrutadas’. Uma vez traficadas, é extremamente complicado libertar essas pessoas, tanto física quanto psicologicamente. E, como tantas outras formas de comércio ilícito, o tráfico de pessoas requer e alimenta a corrupção sistêmica. A nossa cegueira coletiva e o silêncio sobre a realidade do tráfico de pessoas deveriam ser uma vergonha para todos nós (RODRÍGUEZ, 2018, p.199-200).

O mais inquietante sobre esta realidade é a ligação que existe entre o tráfico de pessoas e a corrupção. Esta segunda palavra mencionada, além de ser o motor fomentador do tráfico, é alimentada pela cultura da indiferença, “o tráfico de pessoas se tornou invisível porque ninguém quis ver” (RODRÍGUEZ, 2018, p.210). Toda pessoa, que faz vistas grossas ao tráfico de pessoas, se torna responsável, de alguma maneira, pela existência e sustento deste mal. Por isso, torna-se essencial o comprometimento das

entidades eclesiais e civis para combater este mal e a vigilância atenta da sociedade sobre qualquer sinal estranho neste sentido no seu entorno.

d) As mulheres

Ao falar das mulheres, torna-se propício iniciar ressaltando a importância que elas têm na antropologia cristã. Elas possuem o mesmo valor e dignidade que o homem, visto que, foram “criados à imagem e semelhança de Deus” (DAp, 451). Gênesis ressalta explicitamente esta afirmação, “Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher os criou” (Gn 1, 27). Mas, na vida concreta atual esta definição não é colocada em prática. O Documento de Aparecida reflete esta realidade da seguinte maneira: “lamentamos que inumeráveis mulheres de toda condição não sejam valorizadas em sua dignidade” (DAp, 453). A compreensão de igualdade da mulher é fundamental para a sociedade. Ante essa verdade, o Papa Francisco afirma, “as reivindicações dos legítimos direitos das mulheres, a partir da firme convicção de que homens e mulheres têm a mesma dignidade” (EG, 104), ser faz ver de várias formas no seu magistério:

Duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque frequentemente têm menores possibilidades de defender os seus direitos. E, todavia, também entre elas, encontramos continuamente os mais admiráveis gestos de heroísmo cotidiano na defesa e no cuidado da fragilidade das suas famílias (EG, 212).

Ao ressaltar a vulnerabilidade das mulheres pela situação de exclusão que padecem, o Papa Francisco realça a força e coragem dos seus gestos, principalmente quando se trata do cuidado e do amor à família. É interessante perceber o valor que expressa o Sumo Pontífice quando fala das mulheres, “diversas vezes deve ter ficado boquiaberto de espanto e maravilhamento diante da força e tenacidade dessas mulheres para lidar com problemas sobre-humanos que desanimariam os mais fortes” (BINGEMER, 2014, p.242).

O reconhecimento e o valor da mulher na sociedade e na Igreja é indispensável. Elas podem no ambiente eclesial, ajudar os sacerdotes na partilha de responsabilidades pastorais, contribuindo no acompanhamento de pessoas e grupos, como também, produzindo reflexões teológicas (EG, 103). Dentro da sociedade, “a mulher é corresponsável, junto com o homem, pelo presente e futuro de nossa sociedade humana” (DAp, 452). Ela colabora de maneira efetiva mediante a “participação ativa na construção da sociedade” (DAp, 456).

e) Os nascituros

Outro grupo frágil que deve ser olhado com cuidado são os nascituros, considerados como os mais vulneráveis da sociedade, visto que, não podem e nem têm os mecanismos necessários para se defenderem. Com frequências, eles tendem a ser vítimas de legislações ou ideologias que atentam contra as suas vidas. Vários podem ser os argumentos utilizados para fomentar o impedimento do seu nascimento. Por isso, é preciso lembrar que cada vida nova, “permite descobrir a dimensão mais gratuita do amor, que nunca cessa de nos surpreender. É a beleza de ser amado primeiro: os filhos são amados antes de chegar” (AL, 166).

Entre estes seres frágeis, de que a Igreja quer cuidar com predileção, estão também os nascituros, os mais inermes e inocentes de todos, a quem hoje se quer negar a dignidade humana para poder fazer deles o que apetece, tirando-lhes a vida e promovendo legislações para que ninguém o possa impedir. Muitas vezes, para ridicularizar jocosamente a defesa que a Igreja faz da vida dos nascituros, procura-se apresentar sua oposição como ideologia, obscurantista e conservadora; e, no entanto, essa defesa da vida nascente está intimamente ligada à defesa de qualquer direito humano (EG, 213).

Quando se fala de crianças e da sua gestação, a situação se torna complexa, visto que, vários seres são envolvidos: pai, mãe, realidade social, circunstância da gestação etc. Os nascituros podem ser gerados em diferentes contextos. Em alguns casos, a criança pode ser esperada e desejada pelos pais, em outros, ela pode vir sem ser anelada pelos progenitores, como também, podem ser resultado da violência ou da extrema pobreza (EG, 214). O fato é que, o ser humano deve ser olhado como dom de Deus e valorizado como criatura de Deus. Por isso, se a mãe passa por uma situação difícil que lhe faça duvidar da concepção da criatura, a Igreja deve acompanhá-la com paciência e caridade para superar o momento de dificuldade.

f) A criação

A criação está chamada a ser cuidada e protegida pelo homem e pela mulher, dado que, é considerada como parte do conjunto frágil e vulnerável da obra de Deus, “De Iahweh é a terra e o que nela existe, o mundo e seus habitantes” (Sl 24, 1). Estes seres ocupam grande interesse no coração do Papa Francisco, pois são frequentemente violentados pelos interesses econômicos, “como consequência de um modelo socioeconômico depredador

e excludente e, especialmente, da ação das empresas mineradoras e extrativas” (RODRÍGUEZ, 2018, p.25).

Há outros seres frágeis e indefensos, que muitas vezes ficam à mercê dos interesses econômicos ou de um uso indiscriminado. Refiro-me ao conjunto da criação. Nós, os seres humanos, não somos meramente beneficiários, mas guardiões das outras criaturas. Pela nossa realidade corpórea, Deus uniu-nos tão estreitamente ao mundo que nos rodeia, que a desertificação do solo é como uma doença para cada um, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como se fosse uma mutilação. Não deixemos que, à nossa passagem, fiquem sinais de destruição e de morte (EG, 215).

A mudança apresentada no parágrafo anterior da palavra ‘beneficiários’ por ‘guardiões’ resulta muito interessante, visto que, ‘beneficiários’ implica uma atitude passiva que só recebe proveito da criação; enquanto, ‘guardiões’ exige uma interação harmônica e um compromisso pelo cuidado da casa comum. A modificação da expressão, implica a necessidade de transformação da palavra e mentalidade. Isso vale ser entendido diferentemente, uma vez que, “o universo criado e as diversas atividades que o homem dedica ao seu cuidado e transformação, quotidianamente ameaçadas pela soberba e amor desordenado de si, devem ser purificadas e levadas à perfeição” (CDSI, 44). Desse modo, o ser humano vai aprendendo o genuíno sentido do zelo e da atitude de guardião.

O ser humano é o grande responsável pelos danos causados à natureza. O seu desejo pelo dinheiro o leva a considerar mais importante a riqueza que o bem-estar da criação. Destruindo a natureza o homem e a mulher estão aniquilando a si mesmos e entrando, cada vez mais em crises, visto que, formam parte da mesma realidade do meio ambiente. Isso é, destruindo a criação destrói a si também. “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (LS, 139). Ante esta realidade, é preciso ressaltar que, “o ser humano recebeu o mandato de dominar a terra com tudo o que contém e governar o mundo segundo a justiça e a santidade. Deve reconhecer Deus Criador e a ele referir todas as coisas” (GS, 34), a fim de que possa traçar caminhos de paz.

4. Caminhos para a paz

A paz é um compromisso social que deve ser realizado por todos os seres humanos em prol da construção de uma sociedade fraterna e justa. A sua

importância não se limita só na vida social, senão também, na eclesial, visto que, forma parte do anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo. A esse respeito pondera o apóstolo: “calçai os pés com o zelo para propagar o Evangelho da paz” (Ef 6,15). Devido a seu valor na Igreja, dedicaremos exclusivamente este item para sua compreensão. Para isso, realizaremos um itinerário com três pontos fundamentais. O primeiro, mencionará algumas questões sobre a paz. O segundo, apontará quatro princípios com tensões bipolares baseados na Doutrina Social da Igreja. O Terceiro, sublinhará três áreas de diálogo na qual a Igreja deve estar presente: Estado, sociedade e Igreja.

a) Algumas questões sobre a paz

A paz cumpre um papel fundamental nas Escrituras. Percorrendo o Antigo e Novo Testamentos, é possível perceber a sua influência. No livro dos Juízes, por exemplo, chama a Deus como Paz, “Gedeão ergueu ali um altar a Iahweh e o chamou: Iahweh é Paz” (Jz 6,24). Jesus quando aparece a seus discípulos após a sua ressurreição expressa o desejo da paz (Jo 20,19). A Epístola de Paulo aos Gálatas inicia-se manifestando a paz à comunidade reunida (Gl 1,2-3). Assim, nestas passagens, como em muitas outras, percebe-se que, “mais que um dom de Deus para o homem e um projeto humano conforme o desígnio divino, a paz é primeiramente um atributo essencial de Deus” (CDSI, 488). Quando se fala de paz torna-se essencial referir-se ao Reino de Deus. Este Reino é manifestado, pelo próprio Jesus: “o reino do Messias é precisamente o reino da paz” (CDSI, 491). Por isso, não cabe dúvida que Jesus é a própria paz. Ele com seu modo de agir e de ser, destrói toda divisão entre os povos (Ef 2,14). Assim, com seu sacrifício na cruz, “cancelou a divisão, instaurando a paz e a reconciliação precisamente ‘pela virtude da cruz, aniquilando nela a inimizade’” (CDSI, 493).

A Igreja que é anunciadora do Reino da Paz revelado no Filho. Ela é responsável e colaboradora pela continuação da obra redentora de Jesus. Isto quer dizer que, é meio visível da construção da paz na sociedade. “A promoção da paz no mundo é parte integrante da missão com que a Igreja continua a obra redentora de Cristo sobre a terra. A Igreja, de fato, é, ‘em Cristo, ‘sacramento’, ou seja, sinal e instrumento de paz no mundo e para o mundo’” (CDSI, 516).

E a paz também ‘não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Ela se constrói, dia a dia, na busca de uma ordem

querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens?. Enfim, uma paz que não surja como fruto do desenvolvimento integral de todos, não terá futuro e será sempre semente de novos conflitos e variadas formas de violência (EG, 219).

A paz obriga uma complexa compreensão do termo, dado que, com frequência pode-se confundir paz com ausência de conflito ou com o justo equilíbrio de forças entre os opositores (GS, 78). Ela vai mais além desses conceitos porque que é fruto de uma construção social progressiva que necessita da integração e do interesse de todos. Daí a sua complexidade que implica um “trabalho lento e árduo que exige querer integrar-se e aprender a fazê-lo até se desenvolver uma cultura do encontro em uma harmonia pluriforme” (EG, 220).

b) A construção da paz

O Papa Francisco tem demonstrado particular interesse na construção da paz. Ele, como responsável do pastoreio da Igreja, tem dedicado caminhos instrutivos na *Evangelii Gaudium* para a sua efetiva edificação. Utilizando uma linguagem simples e concreta, propôs quatro princípios fundamentais para que a Igreja possa, em diálogo com toda a sociedade, ajudar na construção de uma sociedade justa, fraterna e pacífica. Estes princípios devem ser bem compreendidos e levados na prática para que, realmente seja um caminho rumo à paz entre todos os povos e nações do mundo.

Para avançar nesta construção de um povo em paz, justiça e fraternidade, há quatro princípios relacionados com tensões bipolares próprias de toda a realidade social. Derivam dos grandes postulados da Doutrina Social da Igreja (...). À luz deles, desejo agora propor estes quatro princípios que orientam especificamente o desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo onde as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum. Faça-o na convicção de que a sua aplicação pode ser um verdadeiro caminho para a paz dentro de cada nação e no mundo inteiro (EG, 221).

O primeiro princípio é chamado ‘o tempo é superior ao espaço’. Esta premissa realça a categoria tempo sobre o espaço, ou seja, foca a importância de “trabalhar a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos” (EG, 223). Frequentemente na Igreja, os agentes de pastorais como também os Pastores, caem na tentação de querer resolver todos os problemas no tempo presente, esquecendo que, os verdadeiros câmbios são processuais

e longos. Para trabalhar adequadamente este princípio necessariamente se requer: clareza, firmeza e paciência. O segundo princípio é descrito como ‘a unidade prevalece sobre o conflito’. Esta afirmação coloca a descoberto, a supremacia da unidade ante o problema. Para conseguir prevalecer a comunhão precisa-se primeiramente, acolher a dificuldade para depois, enfrentá-la. O Sumo Pontífice afirma que superar as divisões é, “[preciso] suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de um novo processo” (EG, 227). Unicamente por meio do diálogo entre todas as partes, se poderá realizar a ‘unidade’. O terceiro princípio apresenta-se com o entendimento de que a realidade é mais importante do que a ideia. Isto não descarta o valor da ideia, mas realça a categoria da ‘realidade’ sobre ela. Falar deste princípio implica reconhecer que estas duas palavras ‘realidade e ideia’ devem ir sempre juntas e nunca separadas porque, “a ideia desligada da realidade dá origem a idealismos e nominalismos ineficazes que, no máximo, classificam ou definem, mas não empenham. O que empenha é a realidade iluminada pelo raciocínio (EG, 232). O quarto princípio se denomina ‘o todo é superior à parte’. Esta proposição não descarta a importância das partes, mas sim, enfatiza o termo ‘todo’. A aplicação desta afirmação é muito complexa visto que, “é preciso prestar atenção à dimensão global para não cair em uma mesquinha cotidianidade. Ao mesmo tempo, convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com pés por terra” (EG, 234).

Em suma, o Papa Francisco, para explicar a importância desses princípios, utiliza engenhosamente duas referências que têm sido emblemáticas nos seus ensinamentos: a esfera e o poliedro. Segundo ele, no processo de compreensão e fomento da paz se faz necessário levar em conta que o “modelo não é a esfera, pois não é superior às partes e, nela, cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e o outro. Em vez disso, ressalta a importância do poliedro. [Segundo ele], o modelo é o poliedro, que reflete a confluência de todas as partes” (EG, 236).

c) O diálogo e sua influência para a paz

A Igreja tem grande responsabilidade no compromisso social da paz. Na sua missão de evangelizar proclama, dialogando com seu entorno, a proposta do Evangelho do Reino de Deus. Mas para isso, como Mãe involucrada na realidade dos seus filhos, precisa estar “aberta à colaboração com todas as autoridades nacionais e internacionais para cuidar desse bem universal tão grande” (EG, 239) que é a paz. Assim, torna-se um instrumento

de pacificação no mundo anunciando que a sua própria Fonte tem atributos de paz, “pois Deus não é Deus de desordem, mas de paz” (1Cor 14,33). Entendemos que a evangelização consegue promover a paz, construindo um caminho de diálogo. A esse respeito pondera Francisco:

A evangelização implica também um caminho de diálogo. Neste momento, existem, sobretudo, três campos de diálogo em que a Igreja deve estar presente, cumprindo um serviço a favor do pleno desenvolvimento do ser humano e procurando o bem comum: o diálogo com os Estados, com a sociedade — que inclui o diálogo com as culturas e as ciências — e com os outros crentes que não fazem parte da Igreja Católica. Em todos os casos, ‘a Igreja fala a partir da luz que a fé lhe dá’, oferece sua experiência de dois mil anos (EG, 238).

O diálogo constitui um elemento fundamental para a construção da paz. Por este motivo, a Igreja é chamada a realizá-lo com os três grandes corpos sociais: Estado, sociedade e outras Igrejas não Católicas. Para que esse ‘encontro’ aconteça torna-se necessário dois esclarecimentos. O primeiro, é a identificação do autor principal: o povo e sua cultura. Isto possibilitará evitar a centralização do diálogo em um grupo privilegiado e elitizado. O segundo, centra-se na ‘cultura do encontro’ que busca a incorporação de todos os membros da sociedade a fim de impedir todo tipo de exclusão.

Vale lembrar que o primeiro campo do diálogo é ocupado pelo ‘Estado’. Ele é o responsável pelo cuidado e pela promoção do bem comum, baseados nos princípios de subsidiariedade e solidariedade (EG, 240). Para o adequado encontro entre Igreja-Estado é preciso esclarecer que, eles possuem tarefas em comum e, ao mesmo tempo, essenciais e diferentes. Cabe, pois, esclarecer que, “a comunidade política e a Igreja, em suas respectivas esferas de ação, são independentes e autônomas. As duas estão a serviço da mesma vocação pessoal do ser humano, embora a títulos diversos” (GS, 76). Assim, este encontro realiza-se entre vários critérios que garantem a proteção, “para prevenir ou apaziguar os possíveis conflitos entre a Igreja e a comunidade política, a experiência jurídica da Igreja e do Estado tem delineado formas estáveis de acordos e instrumentos aptos a garantir relações harmoniosas” (CDSI, 427). O segundo campo de diálogo dá lugar à ‘sociedade’. A Igreja está chamada a relacionar-se no corpo social com a cultura, a ciência e a tecnologia para favorecer adequadamente a contribuição da paz. Para beneficiar esse encontro é indispensável esclarecer que a Igreja não se opõe a

eles, pelo contrário, “alegra-se e reconhece o enorme potencial que Deus deu à mente humana” (EG, 243). Nesse sentido, o Concílio Vaticano II, na sua Constituição *Gaudium et Spes*, motiva a todos os fiéis a valorizar os avanços sociais. “Para que a cultura religiosa e a honestidade intelectual dos fiéis sigam os mesmos passos do conhecimento, do progresso científico, técnico e artístico” (GS, 62), se faz necessário o diálogo social. O terceiro campo de diálogo é ocupado por ‘outras Igrejas não Católicas’. Este encontro com as outras Igrejas que não formam parte da Católica dá lugar ao diálogo inter-religioso e ao ecumenismo. O Papa Francisco destaca sobre o ecumenismo a sua importância para iluminar a construção da unidade de toda a família humana (EG, 245). Sobre o diálogo inter-religioso, menciona que é uma condição necessária para a paz no mundo (EG, 250).

Por fim, não se pode esquecer que a Igreja quando fala do ecumenismo e diálogo inter-religioso exorta aos seus fiéis sobre a importância de “promover a reintegração de todos os cristãos na unidade” (UR, 1). Para abraçar a todas as pessoas com respeito e amor fraterno (UR, 3) é preciso um crescimento humano nessa direção, pois somos todos irmãos em Cristo. Recordemos ainda que, “a Igreja rejeita como contrária ao pensamento de Cristo toda discriminação ou perseguição por causa das diferenças de raça, cor, condição ou religião” (NA, 5).

5. Considerações finais

A reflexão sobre a Eucaristia, Igreja e Missão tem uma tônica abrangente, e por isso foi um grande desafio forjar este texto. Ele sobrevive ao espírito da alegria do Evangelho. É essa alegria que consiste no essencial da vida e do agir de todo cristão, porque possui, no seu centro, o amor desconcertante de Deus, revelado em Jesus Cristo. Amor que é celebrado, de forma culminante, na comensalidade do banquete Eucarístico. O mundo atual com seus desafios e distrações, frequentemente tende a querer submergir os discípulos dentro da sua estrutura alienante e excludente, em cujo acesso ao banquete não contempla a totalidade de seus filhos muito amados, dispersando o tamanho do amor de Deus. Vivemos em um mundo que oferece estímulos demais. Por isso, corre-se o risco de perder de vista o amor de Deus doando a Si mesmo em cada Eucaristia. Conhecer e reconhecer o que significa anunciar o Evangelho torna-se primordial e urgente hoje, a fim de que o seguidor de Jesus Cristo possa captar a força desse mistério e ser luz e sal neste mundo insosso. O mundo que sofre pela injustiça, opressão e exclusão

e, escandalosamente pela fome, reivindica dos cristãos uma postura renovada no Alimento Eucarístico que nutre a fé. Lutar à luz da fé em Deus por uma sociedade cada vez mais justa, libertadora, e inclusiva adquire no banquete a sua força e ponto culminante. Isso deve ser o distintivo dos cristãos.

Destarte, ser pessoas apaixonadas por Jesus Cristo, anunciadores do amor de Deus, com a capacidade de dialogar com o Estado, a sociedade e, inclusive, com os não católicos, é o caminho para a construção de uma sociedade fraterna e pacífica. Serem anunciadores que reconheçam a importância do caráter social do Evangelho, sem excluir o caráter individual, envolvendo-se no compromisso social, principalmente com os mais pobres e frágeis do Reino de Deus. Nesse sentido, o exemplo de seguimento fiel ao Pai, deixado por Jesus Cristo, constitui parte essencial da construção de uma sociedade fraterna e pacífica. Assim, a pessoa apaixonada por Jesus Cristo tornar-se-á parábola viva do Evangelho aonde, no seu entorno ninguém passa necessidade. A sociedade hodierna reivindica que os cristãos sejam alguém que tenham a capacidade de olhar o outro e reconhecer que foi criado à imagem e semelhança de Deus e que, pelo fato de ser pessoa, é alguém belo e apto para o banquete da comensalidade eucarística.

O sonho manifestado do Papa Francisco de ser Igreja missionária capaz de transformar a todos os seres humanos em uma grande comunidade, fomenta o sonho da efetivação de uma constante Igreja em saída. Para tanto, na celebração da Eucaristia em que é oferecida a todos a vida de Jesus Cristo alimento vivo e contemporâneo a todos, deve ser o sonho de toda a Igreja. Assim, ela vai se tornando eficiente na sua ação evangelizadora para que, nesse processo de saída, não aconteçam acidentes, ferimentos ou sofrimentos. Em suma, o importante é sair e não se fechar, deixar que o Espírito Santo, infundido profusamente no banquete da eucaristia, nos envolva dentro do seu dinamismo valsante para abrir as portas do coração ao perdão, ao não preconceito e, assim, Ele realmente possa soprar onde quiser. Para que isto possa acontecer, para saber responder às realidades e necessidades do momento, a Igreja toda precisa deixar de ser autorreferencial e encorajar-se, assumindo a missão como seu próprio modo de ser, passando de um eu egoísta para um si reflexivo e aberto ao outro, no seu encontro festivo, alegre. Pois é assim que Francisco faz e deseja para a Igreja presente no mundo afora.

Referências

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. 10. ed. São Paulo: Paulus, 2015.

BRENNAN, Thomas. Tráfico de pessoas e garantia de direitos: um sonho, um laço, um nó. In: ZACHARIAS, R.; MANZINI, R. (Orgs.). **A Doutrina Social da Igreja e o cuidado com os mais frágeis**. São Paulo: Paulinas, 2018.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965. **VATICANO II: mensagens, discursos e documentos**. 2. Ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica: Laudato Si'** – sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica: Amoris Laetitia** – sobre o amor na família. São Paulo: Loyola, 2016.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica: Evangelii Gaudium** – sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

IV CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 12-28 de outubro 1992, Santo Domingo. **Documento de Santo Domingo: Conclusões**. São Paulo: Loyola, 1993.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. “Fragilidade” e gênio: o lugar da mulher na Evangelii Gaudium. In: AMADO, J. P.; FERNADES, L. A. (Orgs.). **Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais**. São Paulo: Paulinas; PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2014.

MACKENZIE, J. L. **Dicionário Bíblico**. Tradução Álvaro Cunha. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

MARCONCINI, B. **Os Evangelhos sinóticos: formação, redação, teologia**. Tradução de Clemente Raphael Mahl. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

PAULO VI. **Exortação Apostólica: Evangelii Nuntiandi** – sobre a evangelização no mundo contemporâneo. 22. ed. São Paulo: Paulinas, 2017.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Tradução da Conferência Nacional do Bispos do Brasil. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

RODRÍGUEZ, Dom Gustavo Vega. Urgências eclesiais segundo o coração de Francisco. In: ZACHARIAS, R.; MANZINI, R. (Orgs.). **A Doutrina Social da Igreja e o cuidado com os mais frágeis**. São Paulo: Paulinas, 2018.

SILVANO, Zuleica Aparecida. Eucaristia. In: PASSOS, João Décio; SANCHES, Wagner Lopes. **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 13-31 de maio 2007, Aparecida. **Documento de Aparecida: Texto conclusivo**. Brasília: CNBB/Paulinas/Paulus, 2008.

Submetido em: 13-10-2020

Aceito em: 14-7-2022